

18 - 04 - 1964

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2014

Contrato de Prestação de Serviços, que entre si, fazem de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA, ES, entidade jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Travessa Becalli nº 46, centro, Itarana, ES aqui representada pelo seu Presidente, Vereador LAUDELINO GRUNEWALD, brasileiro, casado, Agricultor, portador do CPF 478.432.417-87, residente em Alto Jatibocas, neste Município de Itarana, ES, doravante chamada CONTRATANTE e, do outro, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL – ACITA – inscrita no CGC sob nº 02.797.434./0001-90, com sede à Rua Jerônimo Monteiro nº 126, centro, Itarana, ES, aqui representada pelo seu Presidente, Senhor GEOVANI DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, Aposentado, portador do RG nº 1.247.436-SSP/ES, CPF 022.691.877-76, residente no Residencial Itaraninha, Bairro Itaraninha, nesta cidade de Itarana, ES, doravante chamada de CONTRATADA, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições e com base no art.25 da Lei 8666/93:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.**

A transmissão das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes da Câmara Municipal de Itarana, ES, no horário das 20h:00m ao dia imediato em que forem realizadas as Sessões. Excepcionalmente a CONTRATADA, sob sua inteira responsabilidade, poderá transmitir ao vivo as Sessões objeto deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA OBRIGAÇÃO**


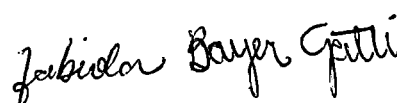
A CONTRATADA se obriga a prestar os serviços constante da Cláusula Primeira e de acordo com o Cronograma das Sessões Ordinárias e ainda nas Sessões Extraordinárias e Solenes, desde que comunicadas em tempo hábil pela CONTRATANTE.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FONTE DE RECURSOS**

As despesas decorrentes da presente contratação, correrão por conta da dotação orçamentária 3.3.90.39.000 – **Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.**

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO.**

O prazo de execução dos serviços é de 03 de junho a 31 de dezembro de 2014, perfazendo 15 (quinze) Sessões Ordinárias, sendo que estas serão realizadas nas segundas e últimas quartas-feiras da cada mês, com início às 19 horas.

 Marta Ap. Paula      Laudelino Bayer Gatti



18 - 04 - 1964

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO.**

O valor total da Prestação de Serviço é de R\$ 2.080,00 (dois mil e oitenta reais), sendo 06 (seis) parcelas de R\$ 300,00 (trezentos reais) e uma (01) de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), nos termos da Cláusula Sexta deste contrato.

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita e atestada pelo órgão competente, vedada a antecipação, observado o disposto no art. 5º da Lei n.º 8666/93.

Ocorrendo erros nas Notas Fiscais/Faturas, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado da data da apresentação da nova Nota Fiscal/Fatura.

Obriga-se a CONTRATADA nos termos do art. 55, Inciso XIII da Lei n.º 8666/93, manter durante a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas por ocasião do procedimento administrativo.

A CONTRATANTE exigirá para a liberação do pagamento, a partir do segundo mês da execução dos serviços e assim sucessivamente, cópias das CND's do INSS e FGTS relativas ao mês imediatamente anterior, ficando a liberação do pagamento, condicionado à efetiva comprovação de quitação.


Os pagamentos poderão ser sustados pela CONTRATANTE nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- b) inadimplência de obrigações da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, por conta do estabelecido no Contrato;
- c) erros ou vícios nas Notas Fiscais/Faturas.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação ou obrigação que lhe for imposta, sem que isso gere direito a indenização.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DA VIGÊNCIA.**

O prazo de vigência será de 06 (seis) meses e 28 (vinte e oito) dias, com início em 03 de junho e término em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado conforme hipóteses estabelecidas na Lei n.º 8666/93.

 Maria J. Paula.



Fabiana Bayer Gatti

18 - 04 - 1964

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O prazo para assinatura do Contrato é de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de convocação para esse fim.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.**

A CONTRATANTE, se necessário, poderá aumentar ou diminuir o objeto do presente Contrato até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o § 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES.**

**COMPETE À CONTRATANTE:**

- a) Fornecer todas as condições em suas instalações para efetiva execução do serviço.
- b) Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da apresentação de serviços contratados.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida na Cláusula Quinta deste Contrato.

**COMPETE À CONTRATADA.**

- a) Executar o objeto deste contrato, conforme estabelecido neste instrumento e no processo administrativo.
- b) A CONTRATADA se compromete a não fornecer cópia em CD e ou DVD a terceiros, sob pena de rescisão do presente contrato e demais cominações legais.
- c) Utilizar pessoal próprio e credenciado, responsabilizando-se por todos os encargos e despesas inerentes aos mesmos.

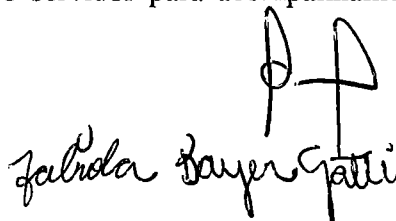
**CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

A execução do Contrato será acompanhado/fiscalizado pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 58, Inciso III da Lei 8666/93, que deverá atestar a realização dos serviços contratados.

O Presidente da Câmara designará formalmente o servidor para acompanhamento da execução do Contrato.



Marta Ap. Paula.



18 - 04 - 1964

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES.

O não cumprimento deste Contrato no todo ou em parte, sujeitará a CONTRATADA a todas as penalidades previstas na Lei 8666/93 e no presente instrumento, a saber:

I) Advertência.

II) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso;

III) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução dos serviços/fornecimento, sendo descontada de imediato no pagamento devido ou cobrado judicialmente, se for o caso.

IV) Suspensão temporária de participação de licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, no prazo de até 02 (dois) anos;

V) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE.

Antes da publicação de qualquer das demais penalidades, a CONTRATADA será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias.


A CONTRATADA durante a prestação dos serviços, somente poderá receber 03 (três) advertências quando então será declarado o descumprimento do Contrato com a aplicação das penalidades cabíveis. A CONTRATANTE, porém, poderá considerar rescindido o Contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

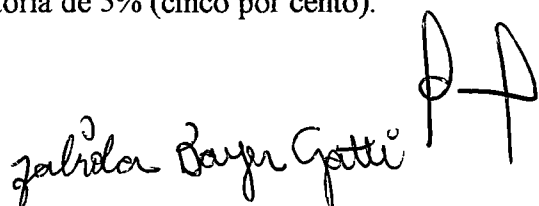

As advertências, quando seguidas de justificativas aceitas pela CONTRATANTE, não serão computadas para o fim previsto no parágrafo acima.

As advertências, quando não seguidas de justificativas aceitas pela CONTRATANTE, darão ensejo à aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula.

As multas previstas nos Itens “II” e “III” poderão ser aplicadas em conjunto e será cumuladas com uma das penalidades previstas nos Itens “IV” e “V” da referida Cláusula.

A multa moratória será calculada no momento em que ocorreu o fato gerador e, não, da advertência, estando limitada a 5% (cinco por cento) quando deverá ser rescindido o Contrato, e aplicada, também, a multa cominatória de 5% (cinco por cento).

 Maria Ap. Buela.

 Fabiana Bayer Gatti 

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Poderá a CONTRATANTE, entretanto, antes de atingido o referido limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

A CONTRATANTE poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender rescindido o Contrato.

A rescisão do contrato, poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo o processo desde que haja conveniência para a CONTRATANTE.

A inidoneidade da CONTRATADA será declarada pelo Presidente da Câmara Municipal de Itarana/ES, a fim de que opere seus efeitos perante toda a Administração Pública.

Não confirmada a declaração de inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo.

Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão acima tratada, as empresas ou profissionais que em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8666/93:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO.**

Caberá à CONTRATANTE a publicação do extrato deste Contrato, na forma estabelecida no Parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DOS RECURSOS.**

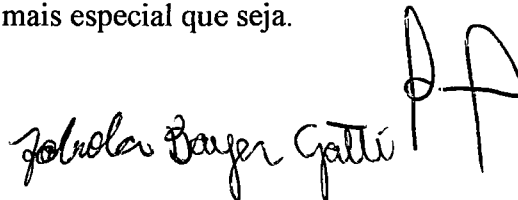
Os recursos, representação e pedido de consideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO.**

As partes elegem o foro da Comarca de Itarana, Espírito Santo, como o competente para dirimir dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais especial que seja.



Marta Sp. Bues.




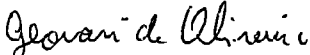
18 - 04 - 1964

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

E, assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Itarana, 03 de junho de 2014.

  
**LAUDELINO GRUNEWALD**  
Câmara Municipal de Itarana/ES  
**CONTRATANTE**

  
**GEOVANI DE OLIVEIRA**  
Associação Comunitária e Cultural de Itarana - ES - ACITA  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1ª Marta sp. Paula

CPF: 149 . 612 . 517 - 71

2ª Salvador Bayer Gatti

CPF: 095.151.307-94